



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 047

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE JUNHO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; Sem Partido: Rafael Greca

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE JUNHO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Neivo Beraldin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Antes de solicitar ao nobre deputado Neivo Beraldin a leitura da Ata anterior, vou fazer um apelo aos deputados, em virtude do falecimento da mãe do nosso colega Mauro Moraes, cujo corpo será velado aqui na Assembléia e chegará às 15h00.

Que não façamos uso do Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente e nem do Horário das Lideranças e entremos depois da aprovação da Ata já na Ordem do Dia.

Faço então este apelo aos senhores deputados, neste sentido.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 371/2003

Curitiba, em 06 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. assunto referente às contas do governador do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2002.

Conforme Protocolo nº 259.613/03, desta Corte, as referidas contas já se encontram em fase adiantada de avaliação técnico-jurídica, com base em parâmetros de auditoria e de controle governamental regularmente adotados.

Acontece, porém, senhor presidente, que a missão constitucionalmente conferida a esta Casa é complexa, demanda ampla abordagem e interpretação de questões orçamentárias e financeiras de largo alcance, razão pela qual o fator tempo se apresenta como elemento fundamental.

Nesse sentido, os órgãos técnicos deste Tribunal, e bem assim o Exmo. relator do feito, conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, necessitam maior elasticidade temporal para o cumprimento da missão institucional, em forma de prorrogação, de mais 18 dias, o que implicaria em estender o prazo até 15 de julho de 2003.

Destaco que o Plenário desta Casa, em Sessão do dia 03 de junho de 2003, aprovou a ampliação pretendida, sendo necessário, agora, por indispensável, o *referendum* da egrégia Assembléia Legislativa do Paraná.

Finalmente, senhor presidente, pela natureza e importância do pleito, rogo a V. Exa. autorizar tratamento prioritário a esta relevante questão.

Nesta oportunidade, reitero a V. Exa. a segurança do meu respeito.

Cordialmente,

(a) HENRIQUE NAIGEBOREN
Presidente do Tribunal de Contas

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 321/2003, tendo em vista a existência de legislação que trata da mesma matéria, Lei nº 14028, de 03 de fevereiro de 2003.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do

Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 322/2003, tendo em vista a existência de legislação que trata da mesma matéria, Lei nº 14029, de 03 de fevereiro de 2003.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1161

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 319/2003, tendo em vista a existência de legislação que trata da mesma matéria, Lei nº 14030, de 03 de fevereiro de 2003.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 243/2003 e 330/2003, que têm por objetivo conceder aos estudantes da rede pública e particular, meia passagem nos meios de transporte coletivo intermunicipal.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1174

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Senhor Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 12 de junho para dia 11 de junho às 10h00.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1166

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Senhor Plenário, votos de louvor, ao Sr. Manoel Inácio da Rocha Filho, produtor rural, natural de Cupira -PE e residente no Paraná desde 1953.

A referida homenagem se deve por esse senhor, em 50 anos no Estado, ter cumprido dois mandatos como vereador em Santa Cecília do Pavão, foi suplente de vereador por Londrina, cidade onde constituiu família e até hoje presta relevantes serviços à comunidade.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1167

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Senhor Plenário, votos de louvor, ao Sr. Joseph Philippe Nabahan.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à cidade de Londrina.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1168

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Senhor Plenário, o envio de votos de parabenização ao médico Walter Marcondes Filho, por assumir a presidência da Associação Brasileira de Adolescência, um reconhecimento pelo trabalho que vem realizando à frente da entidade.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Rua Senador Souza Naves, 1565 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1169

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Senhor Plenário, o envio de votos de parabenização ao senhor Francisco Ontivero, pelo título de Cidadão Honorário de Londrina.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Rua Governador Parigot de Souza, 145 - Londrina -PR.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1162

Senhor Presidente:

Os deputados que subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Senhor Plenário, o envio de expediente à presidência do Instituto Nacional de Seguro Social- INSS, Taiti Inenami, solicitando agilidade no Processo nº 35.183.00.6757/2002-61, que se encontra no setor de logística do INSS, em Brasília. Tal processo trata da permuta de terreno do INSS como Lactec/UFPR/Copel, no qual possibilita a instalação de uma agência da Previdência Social, no bairro Pinheirinho, na região sul de Curitiba, cuja densidade habitacional justifica tal implantação.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Rua João Negrão, 11, 5º andar - CEP 80010-200 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS
NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1163

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 150 (cento e cinquenta) casas populares no município de Icaraíma.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Icaraíma, principalmente aquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são bóias-frias que sobrevivem graças ao plantio de cana-de-açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao prefeito municipal de Icaraíma, Paulo Vales Zampieri, e ao vereador Luiz Antonio Mendes da Cunha, presidente da Câmara Municipal (Rua Hermes Visoto, 399 - CEP-87530-000).

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1164

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 100 (cem) casas populares no município de Indianópolis.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Indianópolis, principalmente aquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são bóias-frias que sobrevivem graças ao plantio de cana-de-açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao prefeito municipal de Indianópolis, José Leopoldo Binder e ao vereador Noé José Martins, presidente da Câmara Municipal (Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87210-000)

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 500 (quinhentas) casas populares no município de Umuarama.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Indianópolis, principalmente aquelas de baixa renda familiar. Esse número de casas que ora reivindicamos amenizará a demanda habitacional que enfrenta a cidade.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao prefeito municipal de Umuarama, Antonio Fernando Scanavaca (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130) e ao vereador Inácio Pereira Pinto, presidente da Câmara Municipal de Umuarama- Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 333/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Será punida, nos termos desta lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra gay, bissexual, travesti ou transexual.

Parágrafo único - São passíveis de punição o cidadão comum, os detentores de função pública, civil ou militar e toda organização social ou empresa, de caráter público ou privado, com ou sem fins lucrativos, que atentarem contra o disposto nesta lei, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios dos direitos individuais e coletivos dos gays, bissexuais, travestis ou transexuais para os efeitos desta lei:

I - praticar qualquer tipo de ação ou omissão violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

II - proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público;

III - praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

IV - preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

V - preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares;

VI - praticar o empregador, diretamente ou por meio de funcionário ou preposto atos de demissão direta ou indireta, em função de orientação sexual do empregado;

VII - inibir ou proibir a admissão ou o acesso profissional em qualquer estabelecimento público ou privado em função da orientação sexual do profissional;

VIII - proibir a livre expressão e manifestação de afetividade, sendo estas expressões permitidas aos demais cidadãos.

Art. 3º - A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta lei será apurada pela Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, em processo administrativo que terá início mediante:

I - denúncia do ofendido;

II - ato de ofício da autoridade competente que tiver ciência da infração;

III - requerimento das Organizações Não Governamentais ou de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público de defesa da cidadania e dos direitos humanos.

§ 1º - O ofendido poderá apresentar sua denúncia pessoalmente ou por carta, telegrama, telex, via internet ou *fac-símile* à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, ou por meio das entidades referidas no inciso III do *caput* deste artigo.

§ 2º - A denúncia deverá conter a descrição do fato ou ato discriminatório e a identificação do ofendido, garantindo-se a este o direito de manter seu nome em sigilo.

§ 3º - A Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, deverá manter setor especializado para receber as denúncias e instaurar o processo administrativo para apuração e imposição das penalidades cabíveis.

§ 4º - O infrator, quando agente do Poder Público, terá sua conduta apurada por meio de processo disciplinar instaurado pelo respectivo órgão de lotação, aplicando-se-lhe, se for o caso, as penalidades previstas na lei estatutária, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 4º - As penalidades aplicáveis aos atos discriminatórios a que se refere esta lei são as seguintes:

I - advertência;

II - multa de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizados por índice oficial de correção monetária a ser definido na regulamentação desta lei;

III - suspensão da licença estadual para funcionamento por 30 (trinta) dias;

IV - cassação da licença estadual para funcionamento;

V - inabilitação para acesso a créditos estaduais;

VI - rescisão de contrato firmado com órgãos ou entidade da administração pública estadual;

VII - inabilitação para concessão de isenção, remissão, anistia ou quaisquer outros benefícios de natureza tributária.

Parágrafo único - Os valores das multas poderão ser elevados em até 10 (dez) vezes quando verificado que, em razão do porte do estabelecimento, resultarão inócuas.

Art. 5º - As pessoas jurídicas de direito público que, por seus dirigentes, prepostos ou empregados no efetivo exercício de suas atividades profissionais, prati-

carem quaisquer dos atos de que trata o artigo 2º, ficam sujeitas, no que couber, às sanções previstas no artigo 4º.

Art. 6º - O Poder Público disponibilizará cópias desta lei para que sejam afixadas nos estabelecimentos e em locais de fácil leitura pelo público em geral.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, no artigo 3º, inciso IV, enumera como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem comum, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. E no artigo 5º, *caput*, declara que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Não obstante, é comum em nossa sociedade denúncias de atos discriminatórios das pessoas em virtude de sua orientação sexual em suas relações de trabalho, consumo, locação, compra e venda, hospedagem, etc. Por isso e a fim de dar efetividade aos preceitos constitucionais referidos, é mister a edição de lei que tipifique as infrações e comine as sanções cabíveis a esses atos, conforme determina a própria Constituição, no artigo 5º, inciso XLI.

Assim, acatando proposta do Grupo dignidade submetemos à apreciação desta Casa o presente projeto de lei que tem por finalidade punir, no âmbito estadual, qualquer discriminação atentatória dos direitos das pessoas em virtude de sua orientação sexual.

PROJETO DE LEI Nº 334/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Planta Deodoro, com sede e foro no município de Piraquara, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 335/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Elias Farajala Bacila, com sede e foro no município de Palmeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.06.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do bairro Elias Farajala Bacila, com sede e foro no município de Palmeira, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho junto à coletividade de toda a região, procurando promover e contribuir com o desenvolvimento da vida comunitária de Palmeira.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 371/2003, subscrito pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando para conhecimento dos senhores parlamentares, assunto referente às contas do Governo do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2002. **Aprovado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1174, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 12 para o dia 11 de junho às 10h00, quando estará presente o nosso secretário das Finanças para mostrar aos senhores parlamentares e àqueles que tiverem aqui nesta Casa, o resultado financeiro do primeiro quadrimestre do ano.

Está em votação o requerimento do deputado Delegado Bradock. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Teremos uma Sessão às 10h00 de amanhã e outra às 14h30.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Padre Haruo Sasaki. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado.**

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que estabelece o Código de Direitos e Responsabilidades Sociais dos Usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2003, de 07/04/2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 176/2003

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

P A R E C E R :

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, que pretende estabelecer, em nível de legislação ordinária estadual, direitos e responsabilidades sociais dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do Estado do Paraná.

O Conselho Estadual de Saúde do Paraná aprovou no ano passado a Resolução nº 44/2002, homologada pelo então secretário de Estado da Saúde, que regula a mesma matéria.

Por ser mais abrangente, e mormente já ter sido amplamente discutida pelos Conselhos Municipais de Saúde de todo o Estado e pelo Conselho Estadual, propomos, como emenda substitutiva, a íntegra da referida resolução, acrescido do artigo 4º do projeto de lei original, o qual passa a ter a numeração de artigo 5º do presente substitutivo geral, e que trata das responsabilidades sociais dos paranaenses perante o Sistema Único de Saúde - SUS.

Desta forma, apresentamos o seguinte substitutivo geral, nos seguintes termos:

Art. 1º - A prestação dos serviços e ações de saúde de qualquer natureza ou condição aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado do Paraná será universal e igualitária, nos termos da Constituição Federal.

Art. 2º - São direitos dos usuários dos serviços de saúde no Estado do Paraná:

I - ter um atendimento humano, digno, atencioso e respeitoso, por parte de todos os profissionais de saúde;

II - ser identificado e tratado pelo seu nome e sobrenome;

III - não ser identificado ou tratado pelo nome da doença ou do agravo à saúde, ou ainda de forma genérica

ou quaisquer outras formas impróprias, desrespeitosas ou preconceituosas (exemplo de portadores de HIV/AIDS, ou doenças infecto-contagiosas), ou por números ou códigos;

IV - ter um local higienizado, digno e adequado para seu atendimento, bem como ter preservada sua segurança e integridade física nos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados;

V - receber do funcionário adequado, presente no local, auxílio imediato e oportuno para a melhoria de seu conforto, bem-estar e saúde;

VI - poder identificar as pessoas responsáveis direta e indiretamente por sua assistência, através de crachás visíveis, legíveis e que contenham:

- a) nome completo;
- b) função;
- c) cargo; e
- d) nome da instituição;

VII - ter resguardado o segredo sobre os seus dados pessoais, através da manutenção do sigilo profissional, desde que não acarrete riscos a terceiros ou à saúde pública, sendo que os segredos do paciente correspondem a tudo aquilo que, mesmo desconhecido pelo próprio paciente, possa o profissional de saúde ter acesso e compreender através das informações;

VIII - ter acesso a qualquer momento ao seu prontuário médico ou outro prontuário, que deve ser elaborado de forma legível e que deve conter o conjunto de documentos padronizados do histórico do paciente, princípio e evolução da doença, raciocínio clínico, exames, conduta terapêutica, demais relatórios e anotações clínicas e, principalmente, constando todas as medicações com suas dosagens utilizadas, se inconsciente durante o tratamento ou parte dele;

IX - ter seu diagnóstico e tratamento por escrito, identificado com o nome do profissional de saúde e seu registro no respectivo Conselho Profissional, de forma clara e legível;

X - receber informações claras, objetivas e compreensíveis sobre:

- a) hipóteses diagnósticas;
- b) diagnósticos realizados;
- c) exames solicitados;
- d) ações terapêuticas;
- e) riscos, benefícios e inconvenientes provenientes das medidas diagnósticas e terapêuticas propostas;
- f) duração prevista do tratamento proposto;
- g) no caso de procedimentos de diagnósticos terapêuticos invasivos, a necessidade ou não de anestesia, o tipo de anestesia a ser aplicada, o instrumental a ser utilizado, as partes do corpo afetadas pelos procedimentos, os efeitos colaterais, os riscos e consequências indesejáveis e a duração esperada do procedimento;
- h) a localização da doença;
- i) exames e condutas a que será submetido;
- j) a finalidade dos materiais coletados para exames;

k) alternativas de diagnósticos e terapêuticas existentes no serviço de atendimento ou em outros serviços;

l) o que julgar necessário;

XI - ser esclarecido se o tratamento ou o diagnóstico é experimental ou faz parte da pesquisa, se os benefícios a serem obtidos são proporcionais aos riscos, se existe probabilidade de alteração das condições de dor, sofrimento e desenvolvimento da sua doença;

XII - consentir ou recusar procedimentos diagnósticos ou terapêuticos a serem nele realizados e deve consentir de forma livre, voluntária, esclarecida com adequada informação e, quando ocorrerem alterações significativas no estado de saúde inicial ou da causa pela qual o consentimento foi dado, este deverá ser renovado, com exceção dos casos de emergência médica;

XIII - consentir ou recusar a ser submetido a experimentação ou a pesquisas e, no caso de impossibilidade de expressar sua vontade, o consentimento deve ser dado por escrito por seus familiares ou por seus responsáveis;

XIV - revogar o consentimento anterior, a qualquer instante, por decisão livre, consciente e esclarecida, sem que lhe sejam imputadas sanções morais ou legais;

XV - ter assegurado, durante as consultas, internações ou no aguardo de internações, procedimentos diagnósticos e terapêuticos e na satisfação de suas necessidades fisiológicas inclusive quando atendido no leito ou no ambiente onde está internado:

- a) a sua integridade física;
- b) a sua privacidade;
- c) a sua individualidade;
- d) o respeito aos seus valores éticos, religiosos e culturais;
- e) a confidencialidade de toda e qualquer informação pessoal;
- f) a segurança do procedimento;
- g) a exigência de que todo material utilizado seja rigorosamente esterilizado e, se possível, descartável, e manipulado segundo normas de higiene e prevenção;
- h) a uso de todo e qualquer medicamento, material ou instrumental fornecido pelo SUS, sem discriminação;
- i) a alimentação adequada e higiênica;

XVI - ser acompanhado, se assim o desejar nas consultas, exames e internações de crianças, adolescentes, gestantes, parturientes, idosos, deficientes físicos, pacientes terminais, por pessoa indicada por ele ou por seu responsável;

XVII - ter consultas marcadas antecipadamente, com tempo de espera que não ultrapasse a uma hora, para início das mesmas;

XVIII - saber, sempre que possível e antecipadamente, se é portador de alguma condição clínica (doença ou alergia), que impeça a administração de medicamentos ou realização de procedimentos;

XIX - conhecer a procedência do sangue e dos hemoderivados e poder verificar, antes de recebê-los, os carimbos que atestaram a origem, sorologias efetuadas e prazos de validade;

XX - receber as receitas:

- a) com o nome genérico das substâncias, seguido do nome de referência;
- b) digitadas, datilografadas, em letra de forma ou caixa alta ou com caligrafia realmente legível;
- c) sem a utilização de códigos ou abreviaturas;
- d) com orientação quanto ao uso e de possíveis efeitos colaterais dos remédios;
- e) com o nome do profissional e seu número de registro no órgão de controle e regulamentação da profissão (Conselho); e,
- f) com a assinatura do profissional;

XXI - receber os medicamentos com data de fabricação e prazo de validade, acompanhados de bula impressa de forma compreensível e clara;

XXII - receber medicamentos básicos e também medicamentos e equipamentos de alto custo e de qualidade, que mantenham a vida e a saúde;

XXIII - receber a anestesia em todas as situações indicadas, principalmente as necessárias para o parto;

XXIV - ter garantidas todas as ações referentes ao parto humanizado, principalmente a presença do(a) acompanhante no pré-parto, parto e pós-parto imediato;

XXV - ter a gestante direito à assistência pediatra, além dos profissionais comumente necessários, por ocasião do parto, e que tenha direito a alojamento conjunto possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe;

XXVI - exigir que o hospital realize o “teste do pezinho” para detectar determinadas doenças nos recém-nascidos;

XXVII - a assistência adequada, mesmo em períodos noturnos, festivos, feriados ou durante greves profissionais;

XXVIII - receber ou recusar assistência moral, psicológica, social ou religiosa;

XXIX - recusar tratamento dolorosos ou extraordinários para tentar prolongar a vida;

XXX - a ter uma morte digna e serena, podendo ele próprio (desde que lúcido) ou a família ou o responsável, optar pelo local de morte;

XXXI - a ser tratado com dignidade e respeito, mesmo após a morte, sendo que os familiares ou responsáveis devem ser avisados com prioridade após o óbito;

XXXII - não ter nenhum órgão retirado do seu corpo sem prévia autorização;

XXXIII - a ter direito a pós-consulta, com orientações diversas;

XXXIV - a receber material ou aparelhos de órtese e prótese de qualidade;

XXXV - a ter facilitado o acesso aos órgãos de defesa do consumidor, Conselho Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Regional de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde/Ouvidoria, Conselho Estadual de Saúde, Procon, promotoria Pública, Ministério da Saúde;

XXXVI - todo e qualquer procedimento do SUS ou pelo SUS são totalmente gratuitos, sem complementação a qualquer título;

XXXVII - ter direito ao atendimento ambulatorial sem cobrança alguma para consultas, aplicações de injeções, curativos, nebulizações, quaisquer exames, etc;

XXXVIII - ter direito obrigatoriamente a acomodações hospitalares diferenciadas ou especiais (tratamentos) até que ocorra a liberação do leito em enfermaria, sem nada cobrar, quando em situações de urgência ou emergência e o hospital conveniado não tiver leito disponível em enfermaria;

XXXIX - ter prioridade sobre qualquer outro paciente particular ou de qualquer outro convênio com procedimento eletivo, quando se tratar de caso de emergência ou urgência nas áreas de traumatologia, ortopedia ou de qualquer área cirúrgica;

XL - ter direito, sem custo algum, a todo e qualquer tipo de atestado médico que diga respeito ao ato ou tratamento médico (declaração de comparecimento, atestado para afastamento ao trabalho, atestado para licença - tratamento de saúde, atestado para fins de perícia ou outros).

Art. 3º - A fiscalização do cumprimento da disposição dos Direitos dos Usuários será feita pelos Conselhos de Saúde criados com base na Lei Federal nº 8142/90, pelos Conselhos-Gestores de cada unidade de saúde e pelos serviços de vigilância sanitária em nível estadual e municipal.

Art. 4º - A Secretaria Estadual de Saúde deverá dar ampla divulgação dos Direitos dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná, de modo a permitir a todos os usuários o acesso ao seu teor, através de sua publicação oficial e através da afixação obrigatória nos locais onde os serviços são prestados e através da distribuição de folders dos Direitos dos Usuários do SUS.

Art. 5º - São responsáveis sociais dos usuários frente ao Sistema Único de Saúde:

I - enganjar-se na causa da defesa do meio ambiente, da educação, da habitação e dos demais determinantes das condições da saúde da população em geral;

II - mobilizar-se e promover a mobilização de indivíduos e grupos sociais para a participação nas Conferências e Conselhos de Saúde em todos os níveis;

III - adotar, divulgar e zelar para que seja adotado estilo de vida saudável por indivíduos e comunidades;

IV - participar ativamente no fornecimento e busca de informações, esclarecimentos e propostas junto às instâncias reguladoras, fiscalizadoras e de atendimento;

V - mobilizar-se e promover a mobilização da participação cidadã em trabalhos voluntários em benefício da comunidade;

VI - zelar pelo direito de todos os trabalhadores da saúde a um relacionamento digno e respeitoso;

VII - participar de seus tratamentos de saúde e dos seus familiares, registrando reações e dúvidas e portando

todos os documentos médicos que possam auxiliar nos diagnósticos e acompanhamentos.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 176/2003, na forma do substitutivo geral retro, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 176/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei 176/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que estabelece o Código de Direitos e Responsabilidades Sociais dos Usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça na forma de Substitutivo Geral.

A proposta de lei repete o contido em Resolução 44/2002 do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná.

O mérito do projeto é indiscutível e merece o acolhimento desta Casa de Leis, tratando-se de assunto amplamente discutido nos Conselhos de Saúde Municipais, resultando na mencionada Resolução.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 176/2003, na forma do substitutivo proposto.

Sala das Comissões, em 27.05.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
Projeto de Lei nº 176/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Doutor Luciano, tem por objetivo estabelecer o Código de Direitos e Responsabilidade Sociais dos Usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná.

Fundamentação

A proposição já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável na forma de substitutivo geral. Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos inquestionáveis na proposta do deputado autor, que procura, ao estabelecer o Código de Direitos e Responsabilidade Sociais dos Usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, contribuir na evolução do Sistema Único de Saúde no País.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável ao projeto de lei em tela, na forma do substituto geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 04.06.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente

VANDERLEI IENSEN - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/2003, de autoria do Ministério Público - Procuradoria Geral de Justiça, que altera o artigo 4º da Lei nº 12.241, de 28 de julho de 1998, (Composição do Conselho de Diretor), do Fundo Especial do Ministério Público do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CJ.

Aprovado

PROJETO DE LEI Nº 201/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 4º da Lei nº 12.241 de 28 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo procurador-geral de Justiça, que o presidirá, pelo subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos e por mais 5 (cinco) membros, integrantes do Ministério Público, os quais serão nomeados pelo procurador-geral de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(a) MINISTÉRIO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe a alteração do artigo 4º da Lei nº 12.241, de 28 de julho de 1998, que criou o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - Fuemp/PR, na parte relativa à composição do seu Conselho Diretor, substituindo o diretor-geral da Procuradoria-Geral de Justiça pelo subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

A presente proposta, que obteve o beneplácito do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, formalizado pela Resolução nº 63, de 03.12.2002, visa adequar a Lei instituidora do Fundo à superveniente Lei Complementar nº 85, de 27.12.1999 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná), que prevê a função de subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos, exercida por ocupantes de cargo efetivo de procurador de Justiça (artigo 20), com atribuição também na gestão do Fundo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 201/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise foi encaminhado a esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pela Exma. Sra. Maria Tereza Uille Gomes, MD procuradora geral de Justiça, o qual visa dar nova redação ao artigo 4º da Lei nº 12.241, de 28.07.1998, com base no artigo 127 parágrafo 2º da Constituição Federal, combinado com o estabelecido nos artigos 65 e 114 parágrafo 2º da Constituição Estadual e no artigo 19, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 85 de 27.12.99.

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei tem por escopo adequar a lei instituidora do fundo à superveniente Lei Complementar nº 85 de 27.12.99, e desta forma estar atendendo a manifestação de tal lei que prevê a função de subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos, exercida por ocupante de cargo efetivo de procurador de Justiça, com atribuição também na gestão do Fundo mencionado.

Cabe ressaltar que o Ministério Público do Estado do Paraná, órgão essencial à aplicação da Justiça e de tão relevante atuação por tratar-se de mediador nos conflitos da sociedade, missão tão nobre, honrosa e sacrificada, composta por pessoas atentas às mudanças da lei, nos alerta para a necessidade de adequação da lei com a proposta em epígrafe, justa e coerente.

Desta forma, somos de voto favorável à sugestão de alteração do artigo 4º da Lei nº 12.241 de 28.07.98.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 201/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei 201/2003, de autoria do Ministério Público, altera o artigo 4º da Lei nº 12.241, de 28 de julho de 1998, (composição do Conselho Diretor do Fundo Especial do Ministério Público do Estado).

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

A Lei 12.241, de 28 de julho de 1998, criou o Fundo Especial do Ministério Público do Estado - Fuemp/PR, sendo que o diretor-geral da Procuradoria-Geral de Justiça é o responsável pela organização administrativa das receitas do Fundo. Posteriormente, em 27 de dezembro de 1999, foi editada a Lei Orgânica do Ministério Público, criando a função de subprocurador-geral de Justiça para assuntos Administrativos.

Diante dessa alteração, o Ministério Público busca adequar a administração do Fundo, através do Conselho-Diretor.

Nos termos da proposição em exame, o diretor geral deixa de integrar o Conselho Diretor e passa a ocupar o lugar do subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

O cargo de diretor geral é de provimento em comissão e o de subprocurador é da carreira de Procurador de Justiça.

A alteração não importa em dispêndio de recursos e não há objeção à tramitação sob o aspecto financeiro.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 201/2003.

Sala das Comissões, em 23.05.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 006/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que sugere a diminuição da alíquota do ICMS para o alho. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 022/2003, de 23.04.2003).**

COMISSÃO DE FINANÇAS
INDICAÇÃO Nº 006/2003

P A R E C E R :

A presente indicação, de autoria do deputado Reni Pereira, tem por objetivo sugerir ao Exmo. Sr. Secretário da Fazenda, a diminuição da alíquota do ICMS para o alho.

Chamada a opinar, a Comissão de Finanças entende que a sugestão é justa, tendo em vista que os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro já reduziram para 7% a carga tributária do ICMS nas operações com o alho, havendo necessidade de dar tratamento isonômico aos contribuintes paranaenses.

Apesar de termos conhecimento que na Reforma Tributária, que o governo federal pretende implantar, haverá alíquota única para todos os Estados da União, a Comissão de Finanças encontra mérito na indicação e apresenta parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 28.05.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 009/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que sugere a isenção de custos de publicações legais junto à Imprensa Oficial do Estado, das entidades, associações, agremiações e outras instituições que tenham caráter social, filantrópico e de Utilidade Pública. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 024/2003, de 28.04.2003).**

COMISSÃO DE FINANÇAS
INDICAÇÃO Nº 009/2003

P A R E C E R :

A presente indicação, de autoria do nobre deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo sugerir a isenção de custos de publicações legais junto à Imprensa Oficial do Estado, das entidades, associações, agremiações e outras instituições que tenham caráter social, filantrópico e de Utilidade Pública.

De acordo com o artigo 128 do Regimento Interno, a proposição elaborada através da indicação proporciona aos senhores parlamentares uma outra alternativa de sugerir medidas a qualquer agente público de outros Poderes e agentes privados.

No que compete à análise desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do douto Plenário desta Assembléia.

Desta forma, manifestamos nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.05.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 023/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que sugere a isenção ou redução do pagamento de taxas estaduais, relativas à emissão e ou renovação de Carteira Nacional de Habilitação às pessoas portadoras de deficiência. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 033/2003, de 14.05.2003).**

COMISSÃO DE FINANÇAS
INDICAÇÃO Nº 23/2003

P A R E C E R :

A Indicação nº 23/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, sugere a isenção ou redução do pagamento de taxas estaduais, relativas à emissão e/ou renovação da carteira nacional de habilitação às pessoas portadoras de deficiência.

Trata-se de incentivo destinado à inserção social do portador de necessidade especial. Contudo, diante da particularidade do benefício, qual seja, obter habilitação para conduzir veículo, é prudente restringir a concessão às pessoas carentes de recursos financeiros, obstando a criação de privilégio.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação da Indicação 23/2003, acrescida do inciso III, com o seguinte teor:

“III - a isenção objeto da Indicação será restrita aos portadores de deficiência física que comprovarem não ter renda mensal superior a quatro (04) salários mínimos.”

Sala das Comissões, em 28.05.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 025/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que sugere a redução nas multas do ICMS. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 033/2003, de 14/05/2003)**

COMISSÃO DE FINANÇAS
INDICAÇÃO Nº 25/2003

P A R E C E R :

Relatório

A presente indicação, de autoria do nobre deputado Reni Pereira, tem por objetivo sugerir a redução nas multas do ICMS.

A indicação, se aprovada for, será enviada ao Exmo. Sr. secretário da Fazenda.

Fundamentação

Com a alteração do artigo 128, do Regimento Interno, a proposição indicação passou a proporcionar aos senhores deputados uma forma de enviar de sugestões de medidas a qualquer agente público de outros Poderes e agentes privados.

Conclusão

Sendo assim, chamada a opinar, a Comissão de Finanças não encontrou nenhum óbice para apoiar a manifestação do deputado Reni Pereira, que entende que a medida apresentada na presente indicação irá beneficiar tanto o contribuinte paranaense que terá como arcar com as multas, como também o Governo do Estado, que receberá recursos para tocar a execução de obras e programas no nosso Estado.

Sala das Comissões, em 28.05.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 030/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que sugere o parcelamento em até 100 (cem) vezes das tarifas de energia elétrica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 035/2003, de 19/05/2003)**

COMISSÃO DE FINANÇAS
INDICAÇÃO Nº 30/2003

P A R E C E R :

A indicação nº 30/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, sugere o parcelamento, em até 100 (cem) vezes, das contas de energia elétrica das Prefeituras do Estado.

Cabe salientar que somente com a edição da Emenda Constitucional 39, de 19 de dezembro de 2002, ficou estabelecida a possibilidade de os municípios instituírem a cobrança do custeio de iluminação pública, facultando inclusive a cobrança da contribuição na fatura de consumo de energia elétrica.

Até essa data, havia discussão sobre a constitucionalidade da cobrança diante do Código de Defesa do Consumidor. Dessa forma, os municípios necessitam equacionar as contas de energia elétrica que se acumularam.

Isto posto, emitimos parecer favorável à aprovação da Indicação 30/2003.

Sala das Comissões, em 23.05.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1162, de autoria dos deputados André Vargas e Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1158 a 1161, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1166 e 1167, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1168 e 1169, de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1163 a 1165, de autoria do deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, tendo em vista que V. Exa. anunciou a pouco que amanhã teremos a Sessão às 10h00, quero da mesma forma comunicar aos senhores membros da CPI do Banestado, que amanhã nós teremos o delegado da Polícia Federal, Dr. Castilho e também o perito judicial Dr. Renato, onde prestarão depoimento à CPI do Banestado a partir das 10h00, no Plenarinho.

Encareço aos senhores deputados que pertencem à CPI, para que se façam presentes, na medida do possível, procurando atender às duas Sessões, mas tendo em vista que temos convidados de fora, encareço a presença de todos na CPI.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, dois assuntos rápidos, já que V. Exa. fez aqui o pedido. Primeiro, para registrar aqui, porque passei pela frente do Palácio Iguaçu e vi o governador Requião entregando viaturas. Quero cumprimentá-lo. Pelo jeito, começou a tomar medidas em cima da questão de segurança, que está gravíssima. É difícil você encontrar amigos que não foram assaltados ou seqüestrados em Curitiba, coisa que é novidade. Antigamente nós só ouvíamos que isto acontecia no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

Parece que estão lá espremendo os bandidos, que estão vindo para Curitiba, e hoje eu vi a entrega de viaturas. Acredito que isso seja para atendimento da segurança da Capital.

O segundo assunto, senhor presidente. Quero deixar meu voto de repúdio ao posicionamento do governador Requião, no qual ele tacha todos os prefeitos do Paraná de sem-vergonhas.

Acho que este não é um vocabulário adequado a um governador que quer ser inteligente e equilibrado. Deixo meu voto de repúdio e espero que os prefeitos paranaenses tomem uma medida.

Acompanhei muitos anos esta situação do repasse dos recursos as prefeituras municipais, quanto à questão do transporte escolar. Se o governador Requião não quer atender aos prefeitos quanto a esta reivindicação, que é constitucional e que é um dever do Estado esse repasse. Que pelo menos, respeite os prefeitos do Paraná, porque eles são os representantes de todo o povo paranaense.

Era isto, senhor presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Vejo a dificuldade que tem o deputado Valdir Rossoni, que foi líder do governo passado, que tem todo o meu respeito e meu carinho, de tentar inverter a verdade, modificar os fatos.

Em relação aos prefeitos, deputado Valdir Rossoni, dois aspectos: o primeiro é que o governador do Estado, Roberto Requião, não se dirigiu aos prefeitos de forma como o senhor falou. O senhor está completamente equivocado. O governador do Estado, em relação ao transporte escolar, foi previsto no Orçamento do ano passado, 32 milhões. E o seu governo, no ano passado, executou 12 milhões para o transporte escolar.

No entanto, o governador do Estado, com esses 32 milhões, vai repassar para os prefeitos de todo o Estado do Paraná, essa quantia. Exatamente 32 milhões. Só que com obras, vai discutir com o prefeito, com obras na área da educação, em cada município.

Eu acho que para as escolas municipais é um serviço na área da educação. Cada prefeito vai receber exatamente aquilo. Só que o governo deseja que esses recursos sejam realmente realizados para aquilo a que foram destinados.

Além disto, veja que é três vezes mais do que o seu governo, no ano passado realizou. Tinha apenas 12 milhões realizados no orçamento passado.

Além disto, em relação ao pedágio, o senhor sabe que há 40 municípios no Estado que recebem ISS, em função das estradas no Estado. Nós não podemos admitir que por causa do ISS em alguns municípios, que o problema do pedágio não seja discutido pela Assembléia Legislativa e que muito menos seja postergado pelo Poder Executivo. O Governo do Estado vai encontrar uma solução. Seja através de projeto de lei que vem para esta Casa, do sistema de pedagiamento das estradas do Estado do Paraná, seja através de um acordo com as concessionárias.

É lógico, conseguimos perceber que ao longo desses 4 ou 5 anos, alguns municípios receberam de ISS recursos, em alguns casos, até superior à receita que os

municípios têm, e que o dinheiro foi integralizado na administração municipal para pagar salários de funcionários, para construir determinadas obras, para ofertar serviços públicos nestas cidades.

É evidente que o governo, ao final deste processo terá que estudar caso a caso para uma conversação, porque entendemos que esses municípios tenham seus serviços diminuídos para com a comunidade.

Então, V. Exa. está equivocado. Alguém deve ter passado errado esta informação. O governador do Estado não foi deselegante com nenhum prefeito do Estado do Paraná e vai prestigiar, indistintamente da colocação partidária - o que não aconteceu no passado - os nossos prefeitos do Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI

Apenas para acrescentar, senhor presidente, que quero pedir desculpas ao deputado Ângelo Vanhoni, porque devo ter lido errado, porque li em todos os jornais do Paraná, o pronunciamento do governador, ontem, referindo-se aos prefeitos.

Acho que este não é o tratamento que os prefeitos paranaenses mereçam do governador do Paraná. Devo ter lido um jornal da década passada. Peço desculpas ao ilustre deputado, que diz que eu não tenho jeito para fazer Oposição, mas, pelo que eu estou vendo, ele não tem jeito de ser Situação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

V. Exa. pode ter razão. Acho que o senhor leu alguma coisa errada ou os jornais não transmitiram exatamente as palavras do governador, porque eu estava presente quando ele discutiu com vários prefeitos que estavam na reunião.

O SR. VALDIR ROSSONI

Com a palavra, os jornais do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero fazer um apelo ao líder da Situação, Ângelo Vanhoni e da Oposição, Durval Amaral, e ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que façamos uma reunião agora, aqui na sala ao lado.

Quero novamente convidar os companheiros para acompanhar a chegada do corpo da mãe do nosso colega Mauro Moraes, que deve estar chegando na Assembléia dentro de 15 ou 20 minutos.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, comunicando aos senhores deputados que amanhã, dia 11, às dez horas, no Plenário deste Poder Legislativo, será realizada audiência com o Exmo. Sr. Heron Arzua, secretário de Estado da Fazenda.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 174/2003, e do Projeto de Lei Complementarº 270/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 176 e 201/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões Permanentes:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no auditório desta Casa de Leis, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Rafael Greca, Ratinho Júnior, Cida Borghetti e Barbosa Neto, contando também com a presença dos senhores Rubens Sartori e Sinclair P. Casemiro, diretor e vice-diretora da Fecilcam - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, respectivamente, Vanderley Ceranto e Benedito Cândido da Silva, diretor e vice-diretor da Fecea - Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, respectivamente, Narciso Luiz Rastelli, da Fecea, Ivan de Medeiros Petry Maciel, da Fafipar - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, Luzia Bana, diretora da Fafipa - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba, Ivan Ferreira da Cruz e Antonio Rodrigues Varela, coordenador financeiro e chefe do Departamento da Fafipa, respectivamente. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, distribuindo a matéria aos senhores deputados relatores e em seguida comentou sobre a próxima reunião desta comissão que realizar-se-á na próxima quarta-feira, dia 28 de maio, para discussão e encaminhamento dos assuntos tratados na audiência pública que ocorreu no dia 14 de maio. Na sequência, o senhor presidente ouviu os representantes das referidas faculdades estaduais, solicitando-lhes documentos referentes às suas reivindicações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Delegado Bradock, Chico Noroeste, Doutor Luciano, José Maria Ferreira, Jocelito Canto, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk e Fernando Ribas Carli. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Antonio Anibelli - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 220/2003 de autoria do deputado Fernando Ribas Carli e Projeto de Lei nº 269/2003 de autoria do deputado Rafael Greca de Macedo ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano, na forma do substitutivo anexo - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 136/2003 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 281/2003 de autoria do deputado Mauro Moraes. O deputado Elton Carlos Welter solicita vistas - Concedida pelo presidente; 04) Projeto de Lei nº 102/2003 de autoria do deputado Tadeu Veneri. Parecer CONTRÁRIO do deputado Durval Amaral, encaminhando para Indicação Legislativa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 21/2003 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer CONTRÁRIO do deputado Elton Carlos Welter, encaminhado para Indicação Legislativa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 107/2003 de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma do substitutivo anexo. O deputado Fernando Ribas Carli leu o Parecer - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 149/2003 de autoria do deputado Natálio Stica e outros. Parecer CONTRÁRIO do deputado Duílio Genari, encaminhado para Indicação Legislativa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 181/2003 de autoria do deputado Ratinho Júnior. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock, encaminhando para Indicação Legislativa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 248/2003 de autoria do deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 270/2003 de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 283/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 288/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 291/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado

Antonio Anibelli - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 004/2003 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 035/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 036/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 037/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 038/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 053/2003 de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 058/2003 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano na forma do substitutivo anexo - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 061/2003 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 065/2003 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 080/2003 de autoria do deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 084/2003 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 087/2003 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano na forma do substitutivo anexo - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 088/2003 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano na forma do substitutivo anexo - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 089/2003 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano na forma do substitutivo anexo - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 090/2003 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano na forma do substitutivo anexo - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 091/2003 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano na forma do substitutivo anexo - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 094/2003 de autoria do deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 116/2003 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 119/2003 de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 071/2003 de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos

deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Atas de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 12ª REUNIÃO

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados - membros: Elza Correia, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo Ilkiv, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Nelson Justus, Waldir Leite e Reni Pereira. Havendo número legal o senhor presidente abriu os trabalhos com a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. A seguir solicitou ao Dr. Marcelo Couto de Cristo, que fizesse a leitura dos requerimentos apresentados pelos registros telefônicos dos ex-diretores do Banestado, Sérgio Druszcz, Alaor Alvim Pereira, Oswaldo Rodrigues Batata, Gabriel Nunes Pires Neto, Aldo de Almeida Júnior, Alfredo Sadi Prestes, Aroldo dos Santos Carneiro, Élio Poletto Panato, José Carlos Galvão, Paulo Roberto Rocha Kruger, Ricardo Sabóia Khury, Valdemar José Cequinel e Wilson Mugnaini. A deputada Elza Correia pediu a palavra para dizer que deveriam haver reuniões prévias internas para que os membros ficassem sabendo com antecedência as deliberações a serem tomadas. O presidente ressaltou que as audiências são públicas e as decisões devem ser tomadas em reuniões oficiais e abertas para maior transparência dos trabalhos. A deputada Luciana Rafagnin ponderou que os ex-diretores do Banestado que não foram ouvidos, mereciam a oportunidade de prestar esclarecimentos a esta comissão, antes que esta decidisse pela quebra do sigilo bancário, fiscal e registros telefônicos dos mesmos. O presidente decidiu ouvir os depoentes convidados e após deliberar sobre o assunto. A seguir agradeceu a presença dos depoentes, o senhor João Marreze de Souza e a senhora Nerilma Aparecida Strombeck Custódio, que passaram a responder às indagações dos deputados-membros da Comissão, constante das notas taquigráficas que passam a integrar esta Ata. A seguir o presidente, em atendimento ao solicitado pelas deputadas Luciana Rafagnin e Elza Correia, colocou em discussão e votação a quebra de sigilo bancário, fiscal e registros telefônicos somente dos ex-diretores do Banestado que já foram ouvidos, os senhores Alaor Alvim Pereira, Oswaldo Rodrigues Batata, Gabriel Nunes Pires Neto e Sérgio Druszcz. APROVADO. A Comissão deliberou pela oitiva dos demais ex-diretores do Banestado na próxima reu-

nião. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes à reunião e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 15ª REUNIÃO

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e três, no auditório do Edifício Tancredo Neves, sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Nelson Justus, Waldir Leite, Miltinho Pupio, Pedro Ivo Ilkiv e Ademir Bier. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos com a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Em seguida, o deputado Neivo Beraldin agradeceu a presença do depoente, o empresário Darci Mario Fantin, que após a leitura do compromisso legal, encaminhou requerimento ao presidente da Comissão no sentido de que o seu filho, Geovano Fantin, vice-presidente da empresa DM Construtora de Obras Ltda., explicasse aos senhores deputados-membros da Comissão, as operações financeiras com o Banestado. O presidente colocou em votação o requerimento. APROVADO. Após prestar o compromisso legal o senhor Geovano Fantin, utilizando datashow, demonstrou aos presentes como foram realizados os empréstimos e pagamentos dos mesmos com o Banestado constante das notas taquigráficas que passam a fazer parte integrante desta Ata. A seguir o deputado Neivo Beraldin propôs a deliberação dos seguintes requerimentos: 1) convocação do procurador da República, Dr. Luiz Francisco de Souza; o delegado da Receita Federal, senhor José Francisco de Castilho Neto e o perito senhor Renato Rodrigues Barbosa. Em votação. APROVADO. Quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Silver Cloud Distribuidora de Gêneros Alimentícios Ltda. Em votação. APROVADO. 3) Requisição à Procuradoria Geral do Estado para que o Dr. Márcio Luiz F. da Silva passe a assessorar os trabalhos da Comissão. Em votação. APROVADO. 4) Convocação do diretor responsável pela empresa Madeirite e o senhor Eugênio Stefanello. Em votação. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente, demais deputados presentes e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário